

Célio Azevedo



POLÊMICA Na audiência presidida por Lúcia Vânia, participantes apresentaram posições divergentes

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Relator anuncia voto favorável a importação de pneus usados

Indústria de recauchutagem pode ser boa para a economia, diz Valadares, ao defender "contrapartidas ambientais" a serem cumpridas pelos importadores.

Página 4

CCJ aprova indicação de Eros Grau para o Supremo

Página 7

SABATINA Arthur Virgílio, Edison Lobão e Ramez Tebet participam da reunião em que a Comissão de Justiça ouve o jurista Eros Grau

José Cruz



José Cruz

APELO Representantes de entidades ambientalistas estiveram com os senadores Paulo Paim e Ideli Salvatti e o deputado Sarney Filho

Ambientalistas pedem votação do projeto sobre a Mata Atlântica

A rápida aprovação do projeto que estabelece regras para uso e conservação da Mata Atlântica foi pedida pelos representantes das principais entidades ambientalistas do país ao vice-presidente do Senado, Paulo Paim. Para marcar o Dia da Mata Atlântica, comemorado ontem, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) lançaram ontem, no Senado, o *Atlas dos Municípios da Mata Atlântica*.

Página 8

Transgênicos devem ser regulados por agência, sugere CTNBio

Página 8

Papaléo: médico formado no exterior deve validar diploma

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou para a gravidade da denúncia feita pelo presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, Marco Antônio Becker, sobre número crescente de médicos formados no exterior que conseguem registrar seus diplomas no Brasil pela via judicial, sem cumprir exigências de revalidação por universidades públicas.



Muitos médicos estão irregulares, alerta Papaléo

Para Papaléo, não se trata de pregar reserva de mercado de trabalho para médicos formados no Brasil, mas do cumprimento das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A lei estabelece a necessidade de avaliação dos diplomas obtidos no exterior, para atestar se existe atendimento pleno às necessidades e características brasileiras.

– Ninguém em sã consciência impediria o exercício da medicina por brasileiros formados no exterior que demonstrarem competência. O caso é perguntar por que não querem se submeter à avaliação prevista na LDB – questionou ele.

A Confederação Médica Brasileira propôs abolir provas regionalizadas e criar exame nacional único para médicos formados no exterior, relatou.

Papaléo informou que Tião Viana (PT-AC) sugeriu a interiorização dos médicos brasileiros formados no exterior.

Agenda



Plenário deve examinar duas MPs

Dois medidas provisórias continuam trancando a pauta do Plenário. A primeira (MP 176/04) autoriza indenizações às famílias de pessoas que foram assassinadas durante manifestações contra a ditadura militar, cometeram suicídio por terem sofrido maus-tratos no período ou morreram por conta de ferimentos em decorrência de prisões políticas. A segunda (MP 177/04) determina mudanças no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

Tuma fala sobre a importância do serviço de inteligência

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), representando o presidente do Senado, José Sarney, proferirá palestra sobre o tema "A Importância do Serviço de Inteligência num País Democrático",

dirigida aos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG). O evento será realizado hoje, às 10h, na sala 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado Federal.

Indicações para embaixadores na pauta da CRE

Três indicações de embaixadores do Brasil no exterior serão votadas hoje na Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 10h. Foram indicados Oto Agripino Maia, Vera Lúcia Crivano Machado e Hildebrando Tadeu Valladares para exercerem o

cargo junto à Suécia, à Soberana Ordem Militar de Malta e à Romênia, respectivamente. A comissão discute ainda projeto (PLS 398/03) que autoriza o voto de eleitores que se encontram no exterior em eleição para governador e senador.



Comissões discutem determinação do DAC

A determinação do Departamento de Aviação Civil (DAC), que suspendeu a promoção da Gol que reduzia para R\$ 50 o preço das passagens aéreas, será debatida em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Subcomissão de Turismo hoje, às 10h. Foram convidados o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, o diretor-geral do DAC, Washington Machado, além dos presidentes da Gol, da Varig, da Vasp e da TAM.

Investimento do FGTS em ações

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h, projeto (PLS 247/02) que permite o uso de parte dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o investimento no mercado de ações. O colegiado também analisa proposta (PLS 313/99) autorizando o Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por pessoas portadoras de necessidades especiais.



Orçamento realiza reunião

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião hoje, a partir das 10h. Na pauta, a votação de requerimentos apresentados pelos parlamentares solicitando audiências públicas, além do exame de avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pela instituição em órgãos públicos do país.

Seminário Brasil em Dados

Será realizado hoje, às 9h, no Auditório Nereu Ramos da Câmara, o seminário Brasil em Dados, uma parceria entre o Congresso e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No evento, o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, apresentará um panorama socioeconômico do país.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Viana elogia incentivos a alimentação saudável

O senador Tião Viana (PT-AC) destacou o lançamento do projeto Escola Saudável, que tem como objetivo disseminar bons hábitos alimentares entre estudantes brasileiros. O projeto se integra à Estratégia Global, programa da Organização Mundial de Saúde para combater doenças crônicas-degenerativas decorrentes da obesidade.



Tião Viana ressalta projeto Escola Saudável

O Escola Saudável será lançado amanhã pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia, Sociedade Brasileira de Pediatria, Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Observatório de Políticas de Segurança Alimentar da UnB. Viana lembrou que o Senado terá papel relevante no estabelecimento de normas para garantir boa alimentação aos brasileiros.

Garibaldi pede liberação da pesca da lagosta cabo verde

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu a revogação imediata, pelo Executivo, da Instrução Normativa 28/04, baixada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A medida proíbe a pesca de qualquer tipo de lagosta com menos de 13 centímetros e impede o uso de compressor.



Garibaldi quer revogação de norma do Ibama

Segundo o senador, estudos comprovam que a lagosta cabo verde, capturada pelos pequenos pescadores, pode ser pescada com 11 centímetros sem prejuízo da sustentabilidade da espécie. Já a lagosta vermelha, pescada por grandes empresários, é que só deve ser capturada apenas com 13 centímetros, advertiu Garibaldi.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PEC do Senado sobre vereadores passa na Câmara

A proposta de emenda à Constituição (PEC 574/02) do Senado que define o número de vereadores e os percentuais máximos de despesas das câmaras municipais foi aprovada ontem, em segundo turno – 365 votos a 19, e oito abstenções – pela Câmara dos Deputados. O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Jefferson Campos (PMDB-SP), que havia sido acolhido em primeiro turno, e por isso a PEC voltará ao exame do Senado. A proposta original é de autoria do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

A proposta reduz em pouco mais de 5 mil o número total de vereadores do país. Assim, diminui o corte previsto em decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que seria de 8.528 vereadores. O país tem hoje cerca de 60.200 vereadores.

São estabelecidas seis faixas de limites para as despesas municipais com as câmaras de vereadores: 7,5% dos gastos totais nos municípios de até 100 mil habitantes; 6,5% nos municípios entre 100 mil e 250 mil habitantes; 5,5% nos municípios entre 250 mil e 500 mil habitantes; 5% nos municípios entre 500 mil e 1,5 milhão de habitantes; 4,5% nos municípios entre 1,5 milhão e 3 milhões de habitantes; e 4% nos municípios com mais de 3 milhões de habitantes.

Supremo suspende julgamento sobre cobrança de inativos

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou, ontem, a julgar as ações que questionam a constitucionalidade da cobrança previdenciária dos servidores inativos. O julgamento foi interrompido pelo pedido de vista feito pelo ministro Carlos Ayres, quando já haviam sido proferidos três votos: o da relatora Ellen Gracie, considerando inconstitucional a cobrança, e do ministro Carlos Ayres, no mesmo sentido, e o do ministro Joaquim Barbosa, favorável à cobrança.

Ayres tem dez dias, a contar do recebimento dos autos, para se manifestar. Se não o fizer, terá automaticamente mais dez. Ele ainda pode pedir ao presidente do STF prorrogação do prazo. Dessa forma, o fim do julgamento pode ficar para a segunda quinzena de junho.

Falta acordo sobre MP e pauta continua trancada

■ Além de medida sobre frete naval, espera votação a que trata de indenização a familiares de vítimas da ditadura

Por falta de acordo entre as lideranças partidárias sobre o conteúdo da medida provisória (MP) que faz mudanças no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante, ontem não houve votações no Plenário. Outra MP em pauta é que amplia, para efeito de indenização, as situações que podem ser definidas como morte em decorrência de perseguição política pelo regime pós-64, sobre a qual havia acordo.

A MP 177/04, que trata do frete na Marinha Mercante, fixa procedimentos para o recolhimento eletrônico do adicional e modifica percentuais de sua destinação. O adicional foi criado para gerar recursos destinados ao financiamento da Marinha Mercante e da indús-

tria da construção e reparação naval. Ele incide sobre o frete de qualquer carga descarregada em porto brasileiro.

A dificuldade para o acordo é porque a MP original do governo destina 75% do adicional cobrado no desembarque de navios novos ao Fundo da Marinha Mercante, que financia a construção naval. Os deputados, no entanto, decidiram entender o adicional também aos navios já em operação, o que não é aceito pelo governo, pois faria retornar ao setor naval quase todos os recursos arrecadados.

O relator-revisor da matéria, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), concorda com os deputados e ainda acrescentou que caberá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) administrar o dinheiro do fundo. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), avisou que, caso prevaleça a mudança, o presidente da República vetará as alterações.

Com a falta de entendimento sobre a proposição, a pauta continua trancada pelas duas medidas provisórias, e dezenas de projetos já prontos para votação devem esperar o acordo partidário sobre a MP. Heráclito Fortes (PFL-PI), na presidência dos trabalhos do Plenário, não colocou qualquer assunto em votação até às 17h55, quando anunciou o adiamento da pauta, pela inexistência de acordo. A sessão havia começado às 14h30.

Nesse momento, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou, afirmando que as votações não poderiam começar tão tarde. Pelo Regimento, a primeira hora de uma sessão do Plenário é destinada à leitura de requerimentos, discursos de até 20 minutos e comunicações dos líderes. No entanto, os senadores que presidem as sessões vêm prorrogando o tempo das comunicações. Antonio Carlos comunicou que tentará impedir as prorrogações a partir de agora.

Sarney e José Dirceu assinam protocolo técnico e cultural

O presidente do Senado, José Sarney, firmou ontem, com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, protocolo de intenções destinado a promover cooperação técnico-científica e cultural, assim como o desenvolvimento institucional e de recursos humanos, para a qualificação profissional dos servidores dos dois órgãos.

Ao falar na solenidade, Sarney ressaltou a “biografia extraordinária do ministro, que é um orgulho para o Brasil e que desde jovem tem colocado sua vida a serviço do país, com sacrifício, dedicação, patriotismo e sofrimento”. O senador destacou ainda o valioso serviço que Dirceu presta ao país como ministro.

Em seu discurso, Dirceu afirmou que a interação de experiências gerenciais entre a Casa Civil e o Senado contribuirá para um ainda mais eficaz relacionamento entre o Execu-



DIÁLOGO Sarney e Tuma cumprimentam Dirceu, durante a solenidade realizada no Senado

tivo e o Legislativo, possibilitando o conhecimento, pelos servidores, das especificidades e da missão de cada uma dessas instâncias.

Estiveram presentes à cerimônia, entre outros, o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP); o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro; o diretor-executivo do ILB, Florian Augusto Coutinho Madruga; e o vice-reitor da Unilegis, Heitor Gurgulino.

Tebet saúda a primeira turma formada pela Unilegis

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) – foto – saudou, no Plenário, a primeira turma de formandos da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). A solenidade de formatura aconteceu na noite de ontem, no Auditório Petrônio Portella, quando 86 servidores colaram grau.

Tebet lembrou a origem da universidade, implantada em 2001, durante sua gestão à frente do Senado.

Ele destacou que o ato de criação da Unilegis ocorreu quando o presidente da Casa era o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e elogiou as iniciativas de José Sarney

(PMDB-AP), atual presidente do Senado, no sentido de aperfeiçoar a única universidade do gênero no mundo, conforme observou.

Tebet recordou ter proferido a aula inaugural da Unilegis e ressaltou o papel de instituição aberta de ensino da universidade, que traba-



EMPENHO Ana Júlia lembra que Operação Vampiro teve apoio de Thomaz Bastos e Humberto Costa

Ana Júlia elogia os ministros da Justiça e da Saúde

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) voltou a parabenizar os ministros da Saúde, Humberto Costa, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pelo desmantelamento da quadrilha que fraudava licitações no Ministério da Saúde.

De acordo com a senadora, a Operação Vampiro, desencadeada pela Polícia Federal, só teve sucesso e atingiu 45 pessoas envolvidas com fraudes porque contou com o apoio dos dois ministros.

– Foi uma operação conjunta dos dois ministérios. Humberto Costa e Márcio Thomaz Bastos tiveram a coragem de prender os que “vampirizavam” a saúde. Vidas humanas foram salvas – afirmou, para ressaltar que, após as denúncias, o Ministério da Saúde alterou a forma de licitação.

CFC quer ouvir Humberto Costa

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), para que seja realizada audiência pública com o ministro da Saúde, Humberto Costa, sobre a chamada Operação Vampiro, em que foram detectadas irregularidades ocorridas na aquisição de medicamentos pela pasta. Virgílio disse que compete ao Senado conhecer os pormenores da operação, que foi noticiada pelos jornais.



Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Célio Azevedo



PRECAUÇÕES Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública para discutir projeto do Senado

Audiência na CAS debate importação de pneu usado

Relator do projeto, Valadares defende proposta de Arns desde que haja contrapartida de proteção ambiental

A importação de pneus usados para serem remoldados e revendidos no Brasil foi tema, ontem, de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator do projeto de lei do Senado que regulamentará a importação, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), manifestou posição favorável ao projeto que trata das contrapartidas ambientais necessárias à importação. Valadares acredita que os pontos polêmicos da matéria podem ser solucionados e que a instalação de uma crescente indústria de

recauchutagem no país será boa para a economia nacional. Valadares afirmou que a importação de pneus usados não “transformaria o Brasil em uma lixeira”, pois foram tomadas precauções no projeto contra essa possibilidade.

O autor da proposta, senador Flávio Arns (PT-PR), destacou que há três tipos de pneus em uso no mercado brasileiro: os novos, os recauchutados e os remoldados. Nesse último caso, carcaças de pneus são usadas como matéria-prima para fazer outros pneus.

O coordenador-geral de Vigilância Ambiental do Ministério da Saúde, Flávio Pereira Nunes, observou que é preciso tomar cuidado, uma vez que há a possibilidade de a produção de pneus remoldados trazer graves riscos à saúde.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abip), Francisco Simeão, defendeu a atividade de remoldagem por criar emprego e ser importante para a economia nacional. Ele salientou ainda não haver nenhuma comprovação científica da prejudicialidade à saúde ou ao ambiente relativa à remoldagem.

O gerente-geral da usina de xisto da Petrobras em São Mateus (PR), José Manoel Goulart Gulim, ressaltou não haver indicações de comprometimento da qualidade do ar na região pelo uso de pneus nas fábricas.

A reunião de ontem foi a continuação de audiência pública interrompida na última semana devido à votação das medidas provisórias pelo Plenário do Senado.

Arns defende fabricação de remoldados

Na audiência pública que discutiu o projeto de lei que trata de contrapartidas ambientais para a produção de pneus no Brasil e importação de pneus usados, o autor do projeto, senador Flávio Arns, informou que a proposição determina que a importação de pneus para recauchutagem obrigará a destruição de dez pneus inservíveis para cada um tornado semi-novo. No caso dos remoldados – fabricação de um novo pneu a partir de carcaças importadas –, fica obrigatória a destruição de um pneu inservível para cada um

importado.

Flávio Arns disse que o Brasil usa cerca de 50 milhões de pneus por ano, sendo 40 milhões novos. Desses, 35 milhões são produzidos no Brasil e 5 milhões importados. O senador lembrou que a indústria de remoldados e recauchutados gera 13 mil empregos no país. Ele rebateu o argumento de que, ao importar carcaças de pneus, o país estaria importando lixo. Segundo Flávio Arns, dados do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) indicam

que um pneu remoldado pode ser considerado equivalente a um novo.

– As empresas de remoldados dão garantia de 80 mil quilômetros rodados ou cinco anos sem defeito – afirmou.

O senador destacou ainda que ao importarmos e reciclarmos material estamos impedindo que resíduos sejam jogados na natureza, o que de outra forma ocorreria. O senador salientou também que as indústrias de remoldagem e recauchutagem criam empregos e por isso são importantes para a nação.

Fiscalização e Controle verificará dano ambiental

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) decidiu visitar o município mineiro de Vazante, onde persiste há anos uma polêmica ambiental entre a Companhia Mineira de Metais (CMM), do Grupo Votorantim, e os produtores rurais. As denúncias envolvem os danos provocados nos lençóis freáticos da região, como a falta de água para o gado e para a lavoura, contaminação pela exploração subterrânea das jazidas de zinco, abertura de crateras e processo de desertificação.

O requerimento apresentado pelo próprio presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), depois da segunda audiência realizada para debater a questão, teve apoio integral da bancada mineira no Senado. Apesar de não participarem da CFC, os senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) compareceram à audiência pública da CFC de ontem, junto com o senador Aelton Freitas (PL-MG), e ressaltaram a importância do Senado buscar “com bom senso” uma solução

para o caso.

O Grupo Votorantim, que iniciou a exploração de zinco na região há cerca de 35 anos, começou a enfrentar denúncias dos fazendeiros a partir de 1999, quando fez o rebaixamento do lençol freático na região. A empresa, segundo o seu representante Ricardo Barbosa dos Santos, adotou vários procedimentos para o monitoramento ambiental.

O representante dos fazendeiros de Vazante, Gilberto Batista Diniz, disse que os produtores não são contrários à presença da empresa no município, mas sim aos danos ambientais que provocam na bacia do Rio Santa Catarina.

O especialista em biodiversidade e pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Gustavo Martinelli, chamou a atenção da CFC para a gravidade do desastre ambiental em Vazante sem que a empresa seja punida.

Os membros do Ministério Público afirmaram que ainda não formaram convicção sobre o desastre ambiental em Vazante.



INVESTIGAÇÃO Ney Suassuna (segundo à direita) preside audiência pública na CFC sobre agressão ao meio ambiente em Minas Gerais

Comissão autoriza CPRM a realizar perícia na região

A CFC aprovou também, ao final da audiência pública, requerimento dos senadores Aelton Freitas e Hélio Costa para que o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia, realize perícia completa nos danos ambientais na região, atendendo assim à solicitação formulada pelo diretor-geral adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), João César Pinheiro.

Ney Suassuna afirmou que a exploração da jazida de zinco em Vazante só tem mais 25 anos e que é preciso se pensar no perfil econômico do município. O senador Eduardo Aze-

redo defendeu a formação de um fundo com recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que os recursos têm de ser aplicados antes que a exploração mineral esteja esgotada.

Ana Júlia advertiu que o lobby das mineradoras para derrubar projeto que tramita na Comissão de Assuntos Sociais não surtirá efeito porque a subcomissão que preside deverá apresentar substitutivo para mudar a legislação da Cfem. Ela considerou que o pagamento de royalties pelas mineradoras envolve valores muito pequenos.



REPETIÇÃO Efraim lamenta que seja recorrente a taxa recorde de desemprego no país

Efraim: Brasil vive "olimpíada da exclusão social"

O senador Efraim Morais (PFL-PB) lamentou ser obrigado a tratar da recorrente taxa recorde de desemprego no Brasil (13,1%), medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

– Essa fixação mensal de recordes no quesito desemprego introduz na crise social brasileira uma olimpíada às avessas. São as Olimpíadas da exclusão social – comparou.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ser preciso sair da inércia. Já Flávio Arns (PT-SC) lembrou que o desemprego e a violência são grandes desafios que devem ser enfrentados por toda a sociedade. Ana Júlia Carepa (PT-PA) apresentou dados do Banco do Brasil que demonstram a criação de empregos no interior. Efraim admitiu que alguma coisa está acontecendo, mas ainda é pouco. Para César Borges (PFL-BA), governo está descolado da realidade.



FRUSTRAÇÃO "As camadas mais carentes estão cada vez mais decepcionadas", observa Pavan

Pavan cobra implementação do Fome Zero

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou a implementação do programa Fome Zero. Ele registrou a preocupação dos prefeitos de municípios catarinenses, onde a população se cadastrou na expectativa de receber R\$ 50, e, como o dinheiro não chegou, há um clima de grande frustração.

– As camadas mais carentes estão cada vez mais pobres e decepcionadas – alertou Pavan.

Em apartes, os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) deram explicações sobre programas do governo.

Para Maria do Carmo, China cresce por não conhecer FMI

■ Senadora espera que repúdio chinês às teses do Consenso de Washington influencie o presidente Lula

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse esperar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva volte da China convencido de que crescimento econômico não provoca inflação, "como tanto se teme em alguns setores do Brasil".

A senadora citou artigo do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, publicado na semana passada, em que ele afirma que os chineses "repudiaram as teses carcomidas do Consenso de Washington" e que o Fundo Monetário Internacional "nunca apitou por lá". Conforme Maria do Carmo, a China "nem



EXEMPLO Maria do Carmo elogia política chinesa de redução de desigualdades regionais

conhece o FMI". Assim, eles adotaram políticas de desenvolvimento com correção de desigualdades regionais, conseguindo transformar 170 milhões de pessoas miseráveis em classe média, em 18 anos.

Ideli esclarece que Brasil não participa do comércio internacional de urânio

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), leu ontem da tribuna nota do ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos que esclarece notícias da imprensa sobre acordo com o governo chinês para fornecimento de urânio não-enriquecido. Segundo a senadora, o ministro informa que o Brasil não assinou qualquer acordo nesse sentido. Para ela, o assunto é muito importante, mas levanta muitas especulações e por isso o ministro achou por bem fazer o esclarecimento.

A proposta foi aventada por autoridades chinesas durante debate sobre o programa nuclear brasileiro. Em resposta, o ministro brasileiro informou que o Brasil não participa do comércio internacional de urânio.



MUDANÇA País poderá rever política nuclear após realizar estudo, informa Ideli

Eduardo Campos esclareceu, acrescentou Ideli, que a revisão da política depende de resultados de estudo interministerial. Em agosto, caso o Brasil conclua seu programa nuclear, uma posição oficial poderá ser transmitida durante visita de delegação chinesa ao Brasil. A

– Aqui, o que vemos? O governo fechou a Sudene. Depois, o presidente Lula viu que se tratava de um erro e, em cerimônia na cidade de Fortaleza, assinou projeto de sua recriação. No entanto, acho que nem ele sabia que o projeto não prevê verbas para a nova Sudene – afirmou.

Assim, não há acordo entre governo e parlamentares sobre a recriação da superintendência. "O projeto continua como um cadáver insepulto na Câmara dos Deputados", afirmou. Para a senadora, todas as sugestões de financiamento para a Sudene levadas à equipe econômica são descartadas.

Maria do Carmo sugeriu que o governo aceite uma idéia parecida com o antigo Finor (Fundo de Investimentos do Nordeste), mas evitando erros do passado.

senadora disse que o ministro destacou ainda que a Constituição do Brasil proíbe o uso do conhecimento nuclear para fins bélicos.

A líder comentou também pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que atesta nível recorde de desemprego nas regiões metropolitanas, com taxa de 13,1%. De acordo com a senadora, a mesma pesquisa aponta aumento no número de vagas e no número de pessoas procurando emprego. Na opinião de Ideli, essas tendências sinalizam a ocorrência de aquecimento do setor produtivo. Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que o emprego está crescendo muito nas pequenas cidades brasileiras.



CLAREZA Virgílio aconselha governo a não se deslumbrar com viagens internacionais

Na volta, Lula verá desemprego recorde, alerta Arthur Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), advertiu o governo para que evite deslumbrar-se com as viagens internacionais, pois, ao retornar, o presidente Lula vai encontrar o Brasil do desemprego recorde. – É bom o presidente Lula não se alienar porque vai acabar pedindo asilo à China – afirmou.

Virgílio criticou a estratégia de traçar metas de crescimento "para agradar o ego do presidente". Para ele, o governo deveria estabelecer políticas de crescimento econômico.

A partir da leitura de notícias de jornais de circulação nacional, o senador disse que o compromisso ético do PT já perdeu credibilidade com os escândalos de corrupção no governo.

O senador do Amazonas salientou a responsabilidade dos ministros cujos assessores estão envolvidos em corrupção. Ele classificou como inaceitáveis as declarações dos ministros que se dizem surpresos, traídos e enganados. "Não sei se são maquiavélicos ou beócios", acrescentou.

Virgílio informou que os ministros Humberto Costa, da Saúde, e Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, aceitaram convite e vão comparecer perante a Comissão de Fiscalização e Controle, em data a ser definida, para dar explicações sobre a "Operação Vampiro".



ELEIÇÕES Partido favorece prefeituras petistas com recurso público, diz Agripino

Agripino: prefeituras do PT recebem mais recursos

O líder do PFL, José Agripino (RN), denunciou ontem o uso de recursos públicos em benefício de prefeituras comandadas pelo PT, com vistas às eleições municipais de outubro. Estudo feito a partir de dados colhidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) foi apresentado pelo senador como demonstrativo desse favorecimento, em prejuízo da oposição e até mes-

mo dos demais partidos integrantes da base de apoio ao presidente Lula.

Uma das constatações mais importantes, na opinião do líder pefelista, é a de que as prefeituras hoje sob controle do PT receberam em média R\$ 961 milhões como fruto de convênios firmados com a União, ao passo que aquelas controladas pela oposição receberam em média R\$ 186 milhões. Nos mu-

nicipios governados pelo PT, o valor médio transferido por habitante foi de R\$ 4,33, contra R\$ 3,47 por habitante em média para os demais municípios.

– O governo Lula separou os brasileiros entre cidadãos de primeira e segunda classe, entre os que moram em município administrado pelo PT e os que moram em outros municípios – afirmou o senador.



QUEIXA Sérgio Guerra diz que governo adota critério político para liberar recursos

Sérgio Guerra: Executivo desrespeita trabalho do Congresso

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) denunciou o desrespeito do governo pelo trabalho legislativo, no que diz respeito à elaboração do orçamento e à execução orçamentária. De acordo com o senador, o Executivo tem adotado critérios políticos para liberar recursos vinculados a emendas individuais dos

parlamentares.

– A liberação de emendas de orçamentos passados está sendo feita com recursos de emendas coletivas do orçamento atual, conforme proposta da liderança do governo no Congresso. É uma total descaracterização do trabalho do Congresso – disse o senador.

Sem citar nomes, Sérgio Guerra salientou que um diretor de estado em Pernambuco tem explicitado o procedimento de atender apenas a emendas parlamentares dos partidos que compõem a base do governo.

– Não vale mais o que foi decidido aqui (no Congresso). Há uma

desmontagem da estrutura do orçamento no Congresso – afirmou Sérgio Guerra.

O resultado, disse, está no desinteresse dos parlamentares pelo trabalho na Comissão Mista de Orçamento, que encontra dificuldades para reunir o número mínimo de congressistas para deliberar.

Recuperação de rodovias será gradativa, diz Serys

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que está otimista com o anúncio, feito na semana passada, do plano federal de recuperação de rodovias. Ela se encontrou ontem com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que apresentou à senadora o resultado das conversas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que garantiria o início das obras. Serys advertiu, no entanto, que o problema do péssimo estado das estradas não será solucionado de uma hora para outra, mas, gradativamente.

A representante de Mato Grosso voltou a defender a aplicação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação da malha rodoviária. Serys recebeu apoio dos senadores Marcos Guerra (PSDB-ES) e Almeida Lima (PDT-SE). César Borges (PFL-BA), no entanto, afirmou que é comum o anúncio de “programas que nunca saem do papel”.

Serys ainda manifestou apoio ao movimento de famílias atingidas pela construção de barragens. Cerca de 600 famílias estão em Brasília para reivindicar assentamento e concessão de linhas de crédito.

Ela também saudou a formatura da primeira turma de pós-graduação em Direito Legislativo da Universidade do Legislativo (Unilegis).



SUGESTÃO Serys afirma que recursos da Cide ajudarão a resolver problemas nas estradas

Azeredo sugere compra de computadores para escolas

Senador destaca pesquisa mostrando que mais da metade dos professores não usam correio eletrônico

Ao destacar que segundo pesquisa da Unesco mais da metade dos professores brasileiros não têm computador em casa, não navegam na Internet e nem sequer utilizam correio eletrônico, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do governo federal a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que estão parados no Tesouro Nacional.

Criado em agosto de 2000, o Fust é composto por 1% da receita operacional bruta das



SEM APLICAÇÃO Eduardo Azeredo lamenta que recursos do Fust estejam parados

operadoras de telecomunicações e 50% do que arrecada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Entre outros, esses recursos financiarão o

programa de informatização e de Internet nas escolas públicas, bibliotecas e hospitais, previsto na Lei Geral das Telecomunicações. Azeredo lembrou que, na oposição, o PT impetrou mandado de segurança na Justiça Federal e conseguiu suspender a licitação para a compra de computadores que seriam destinados às escolas públicas.

– Hoje o PT é governo e o bilionário dinheiro do Fust está sob sua guarda. Mas a educação por meio da tecnologia continua ao alcance de muitos poucos. Até quando o governo federal vai deixar essa verba mofando nos cofres públicos e colocando as divergências políticas acima dos interesses do país? – indagou Eduardo Azeredo.

Mercadante pede à Câmara que aprove reforma tributária

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), dirigiu ontem apelo aos deputados e governadores para que não descartem a reforma tributária, aprovada pelo Senado há cinco meses. De acordo com o líder, há boatos de que os governadores estariam pressionando para que a reforma não avance. Segundo ele, a mudança no sistema de tributação nacional envolveu debate que durou quase uma década, que não pode ser simplesmente desprezado. Ele indagou se alguém pode ganhar com essa paralisação.

– Eu espero que a Câmara dos Deputados e os governadores não patrocinem essa decisão. Que a gente seja capaz de reconstruir o clima e o espírito ecumênico que pairou nas decisões tomadas neste Plenário e que envolveu o governo fede-

ral e todos os governadores – afirmou.

Mercadante lembrou que, no Senado, em três meses foi aprovada uma proposta de reforma tributária por unanimidade. Ela tinha princípios e apontava para a simplificação do sistema tributário e para a desoneração do setor produtivo, além de introduzir prioridade para o social, desonerando a cesta básica e o consumo de medicamentos e de energia para a população de baixa renda. Para o senador, o conjunto da proposta se aproximava do modelo adotado pelos países desenvolvidos, assegurando maior racionalidade tributária.

Em aparte, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), ao compartilhar a indignação de Mercadante, disse que concordava que o país estaria jogando dez anos fora, caso a refor-



APELO Mercadante lembra que proposta obteve votação unânime no Senado

ma não seja votada, mas assinalou que o problema não é só a pressão dos governadores, pois a Câmara também fez mudanças na proposta aprovada pelo Senado. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que a paralisação da proposta na Câmara já está se tornando um grave impedimento para o crescimento econômico, pela falta de clareza das regras do jogo.



REIVINDICAÇÃO Hélio Costa quer abrir o leque de participação de profissionais no sistema

Costa: critério do Simples prejudica empresas

A partir de informações recebidas em carta remetida por José Carlos Ferreira, contabilista de Poços de Caldas (MG), o senador Hélio Costa (PMDB-MG) informou que a decisão da Receita Federal de excluir algumas atividades da opção pelo Sistema Simplificado de Tributação (Simples) está prejudicando milhares de pequenas empresas em todo o país.

Com a criação do Simples em 1996, lembrou Hélio Costa, milhares de empresas formais optaram por esse modelo, enquanto outras que estavam na clandestinidade buscaram a regularização. Já era vedada a opção pelo Simples a diversas atividades profissionais, cujo desempenho das funções depende da habilitação profissional legalmente exigida.

Não podiam optar pelo Simples pessoa jurídica prestadora de serviços profissionais de corretor, representante comercial e despachante; ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos; médico, engenheiro, economista, contador, advogado e seus assemelhados. Agora, segundo criticou Hélio Costa, a Receita está incluindo nessa relação as oficinas mecânicas e as de conserto de eletrodomésticos, eletrônicos e de máquinas e equipamentos de escritório. A justificativa é que seriam atividades assemelhadas à engenharia.

CCJ deve votar nova Lei de Falências na próxima semana

Pedido de vista do senador Demostenes Torres (PFL-GO) adiou para a próxima semana a discussão e a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do relatório do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) sobre o projeto que institui a nova Lei de Falências (PLC 71/03). Bezerra manifestou-se favoravelmente ao substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Bezerra sugeriu que, durante a próxima semana, os interessados discutam em conjunto o relatório final, que, na sua opinião, deve ser posto em votação na quarta-feira. Ele apresentou emendas ao parecer da CAE, inclusive com modificações no tratamento dado aos empréstimos com garantias reais.

Requerimento pede informações sobre empresa da Telmex

Requerimento endereçado ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, solicitando que informe se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou, direta ou indiretamente, a empresa de telefonia celular Claro, ligada ao grupo MCI/Telmex, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento, oriundo da Comissão de Educação (CE), terá que passar ainda pelo crivo do Plenário.

A CCJ aprovou também, e encaminhou para decisão da Mesa do Senado, outro requerimento da Comissão de Educação, que solicita à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por intermédio do Ministério da Fazenda, informações sobre a operação de venda do controle acionário da Embratel. O colegiado pede dados sobre os termos do contrato em relação a garantias de compromisso social, de investimentos tecnológicos e tráfego livre e codificado de informações governamentais nos sistemas de satélites, e sobre a proteção aos acionistas minoritários e o risco de cartelização.

Comissão aprova Eros Grau para STF

Mensagem de Lula indicando o jurista será submetida agora a votação no Plenário do Senado

A indicação do jurista Eros Roberto Grau para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu ontem a aprovação, por unanimidade – 20 votos –, dos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele foi escolhido pelo presidente da República para ocupar a vaga deixada por Maurício Corrêa,

ex-presidente da corte, que se aposentou compulsoriamente. A decisão da comissão será submetida agora ao Plenário.

O relator da mensagem de indicação, senador Pedro Simon (PMDB-RS), ressaltou que o currículo do jurista é o “mais impressionante” que já examinou para cargos públicos. O que chama a atenção em Eros Grau, disse o parlamentar, é que se trata de uma pessoa “eminentemente voltada para o social, um humanista, que rejeita a visão neoliberal, e que poderá dar um colorido especial para o STF”. Simon observou que Grau, também profes-

sor de Direito da Universidade de São Paulo (USP), destaca-se no panorama jurídico pela vasta cultura.

– Com o presidente Nelson Jobim e a presença de Eros Grau, e somando-se aos que já estão naquela corte, vamos ter provavelmente a fase mais importante dos últimos tempos no STF – previu Simon, ressaltando a crença de que o jurista poderá dar contribuição decisiva para as mudanças que deverão ser feitas com a reforma do Judiciário.

Natural da cidade de Santa Maria (RS), Eros Grau bacharelou-se em Direito em 1963 e

exerce o magistério há quatro décadas. Atua também como advogado, com escritório na capital de São Paulo. “Continuo sendo um estudante aplicado de Direito. Lutei pela restauração da democracia. Se aprovado pelo Senado, serei um juiz da Constituição”, afirmou ele.

Ao final da sabatina, Simon disse que todos destacaram a sensibilidade e a pureza de Eros Grau. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), assinalou que as respostas do indicado dão a segurança de que está sendo julgado um candidato que exhibe todos os requisitos para o cargo.

Envio de voto de aplauso a Maurício Corrêa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador César Borges (PFL-BA) favorável a requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e outros senadores solicitando que o Senado manifeste voto de aplauso a Maurício Corrêa, que encerrou recentemente seu mandato no Supremo Tribunal Federal. O requerimento segue para votação no Plenário.

Para Virgílio, Corrêa desempenhou suas funções no Supremo com “dedicação, talento e bravura”, num momento decisivo da vida brasileira.

No relatório, César Borges detalha o currículo de Maurício Corrêa, que foi ministro da Justiça durante o governo do presidente Itamar Franco e presidente do STF de 2003 até se aposentar compulsoriamente, aos 70 anos de idade.

Em nome dos demais senadores, Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou seu apoio ao requerimento, lamentando não dispor do tempo necessário para fazer um discurso destacando a atuação de Maurício Corrêa na vida pública nacional.



SABATINA Ramez Tebet (D) e Edison Lobão ouvem exposição de Eros Grau (E) na Comissão de Justiça

Apoio a controle externo e súmula vinculante

Em resposta ao senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), primeiro a interpelar o indicado na fase da sabatina, Eros Roberto Grau manifestou-se favoravelmente ao controle externo e à súmula vinculante, previstos na proposta de reforma do Judiciário.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou o presidente Lula pelas indicações que fez

até o momento para o Supremo Tribunal Federal (STF), no que foi acompanhado por Fernando Bezerra (PTB-RN). Serys Slhessarenko (PT-MT) aproveitou para cobrar a indicação de mais uma mulher para o STF. César Borges (PFL-BA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) comemoraram o fato de Eros Grau ter grande conhecimento de Direito Econômico.

Também se manifestaram durante a sabatina os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Maguito Vilela (PMDB-GO), José Agripino (PFL-RN), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Aloizio Mercadante (PT-SP), Demostenes Torres (PFL-GO), José Jorge (PFL-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Valadares apela por fim da greve de professores em Sergipe

Em atendimento a reivindicações que recebeu do Sindicato dos Professores de Sergipe, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) fez um apelo ao governador João Alves (PFL) para que negocie o fim da greve dos docentes diretamente com as entidades representativas da categoria. Eles pleiteiam melhoria salarial e das condições de trabalho dos professores de ensino funda-

mental e médio do estado.

Valadares saudou o fato de o governador ter reconhecido a legitimidade dos pleitos dos professores, reconsiderando a decisão de cortar o ponto dos grevistas. O senador lamentou, porém, que sua atitude ponderada de pedir o reinício das negociações tenha sido alvo de ataques por parte dos jornais que apoiavam o governo de Sergipe. “Não vou

calar minha voz”, garantiu.

Em resposta, Almeida Lima (PDT-SE), que apóia o governador João Alves, concordou com as críticas de Valadares sobre a condução equivocada da greve dos professores, mas estranhou que o parlamentar não tivesse feito as mesmas críticas ao governo federal em relação às greves da Polícia Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social.

Valadares voltou à tribuna para esclarecer que também criticou o governo federal, cobrando o reinício das negociações diretas com os grevistas. Ele declarou que em todos os casos de greve defende a livre negociação entre as partes como método mais rápido e eficaz de solucionar impasses e encontrar soluções que atendam aos interesses de ambos os lados.



SOLUÇÃO Valadares pede a governador que retome as negociações com a categoria

Transgênicos devem ter agência, sugere CTNBio

Presidente da comissão propõe que ela seja transformada em agência reguladora para atuar melhor

Para responder de forma adequada aos desafios de regulamentação do uso e da pesquisa de organismos geneticamente modificados (OGMs), a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) poderia ser transformada em uma agência reguladora. A sugestão foi feita ontem pelo presidente do órgão, Jorge Almeida Guimarães, durante audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) para debater o Projeto de Lei da Câmara 9/04, conhecido como projeto da Lei de Biossegurança.

– Há razões para isso, pois a comunidade científica trabalha absolutamente pelos belos olhos de sua missão, uma vez que concedemos aos cientistas

simplesmente uma diária que não paga o hotel.

A composição e as atribuições do CTNBio estiveram entre os principais temas do debate na comissão. Ao abrir a audiência, o subprocurador-geral da República Aurélio Rios lembrou a falta de estrutura do conselho para exercer funções de fiscalização. Por sua vez, Guimarães sugeriu a ampliação da participação dos cientistas no conselho. E o representante da Embrapa, Francisco Aragão, sublinhou a necessidade de os cientistas presentes na CTNBio estarem no exercício de suas atividades.

O longo tempo necessário à liberação de pesquisas preocupa o vice-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Luiz Roberto Baggio. O assessor de política agrícola da Contag, Jean Marc von der Weid, considera que o país deve ser mais cauteloso na liberação da pesquisa e da comercialização de OGMs. Já o di-

retor da Academia Brasileira de Ciências, Hernan Guralnik, disse que não existe nenhum dado seguro que mostre “efeito daninho” de produto que contenha OGMs. A bioquímica Glaci Zancan, conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), advertiu que o país só poderá avançar no setor com uma política científica bem definida.

O presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), defendeu a separação da área científica que abrange células-tronco e embriões (reprodução assistida) do setor que trata de OGMs, integrantes do projeto do Executivo. Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou a desvinculação.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) propôs que na reestruturação da CTNBio, que faz parte do projeto original do Executivo, seja incluído um dispositivo definindo que o colegiado se componha apenas de especialistas em biossegurança.



REFORÇO Pesquisa mostra que ciência ajuda no combate à fome, observa Lúcia Vânia

Lúcia Vânia alerta para importância da biotecnologia

Ao registrar publicação de matéria intitulada “Biotecnologia e fome”, na edição de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo*, que destaca relatório da Organização para a Agricultura e Alimentação da ONU (FAO) segundo o qual a biotecnologia poderia ajudar no combate à

fome, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, na próxima semana, projeto de biossegurança que envolve discussões sobre os organismos geneticamente modificados e as células-tronco.

A pesquisa da FAO, segundo a senadora, concluiu que a biotecnologia poderá ajudar os produtores do Terceiro Mundo a alimentar mais de 2 bilhões de pessoas em 30 anos. Aquele organismo da ONU também detectou que, infelizmente, até agora poucos países e apenas alguns grupos têm se beneficiado da ciência nessa área.

Lúcia Vânia informou ainda que o relatório da ONU citado pelo jornal também divulgou que a União Européia suspendeu a moratória imposta aos produtos geneticamente modificados e que a biotecnologia pode contribuir para superar obstáculos à produção agrícola que não seriam superados pelos métodos tradicionais.



AUDIÊNCIA Osmar Dias preside debate com especialistas em biossegurança na Comissão de Educação

Proibição de pesquisa preocupa médicos

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o médico Dráuzio Varela e a coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano do Departamento de Biologia da Universidade de São Paulo (USP), Mayana Zatz. Eles estiveram no Senado para manifestar preocupação com o projeto da Lei de Biossegurança.

Varela considerou da maior importância mudar o texto aprovado na Câmara e que se encontra sob exame da Comissão de Educação no Senado. Ele

afirmou que a proibição de pesquisa com células-tronco, se mantida no Senado, constituirá um crime contra a Humanidade. Ressaltou que o objetivo da audiência era insistirem com os senadores sobre a necessidade de essa pesquisa ser liberada no Brasil.

– É um absurdo a gente não ter direito de fazer esse tipo de trabalho. Nós estamos realizando uma revolução na medicina e a solução do problema de muitas doenças genéticas e degenerativas, entre elas, doenças

diabéticas e cardiovasculares. E esse tipo de pesquisa tem que ser liberado. Estamos no meio de uma discussão muito irracional, em que vários aspectos religiosos tomaram conta dos debates. Na verdade, nossos pesquisadores estão completamente paralisados nesse momento – declarou.

Dráuzio Varela observou que a recepção de José Sarney foi muito boa.

– Parece que ele está muito consciente da importância dessa pesquisa – disse o médico.

Ambientalistas defendem projeto da Mata Atlântica

Representantes das principais entidades ambientalistas que atuam no país pediram ontem ao vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), pressa na aprovação pelo Senado do projeto de lei que estabelece regras para o uso e conservação da Mata Atlântica. Os ambientalistas contavam com a aprovação e a homologação da proposta para marcar o Dia da Mata Atlântica, comemorado ontem, mas o projeto, segundo o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), apresenta pontos que o governo não aceita, como o artigo 46, que prevê indeniza-

ção para proprietários de terras que mantenham a vegetação preservada.

Mercadante participou do lançamento do *Atlas dos Municípios da Mata Atlântica*, elaborado pela SOS Mata Atlântica, que vai permitir a visualização do que resta dessa vegetação em áreas acima de dez hectares.

Após a apresentação do *Atlas*, ambientalistas, acompanhados do secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, e do líder do Partido Verde na Câmara dos Deputados, Sarney Filho (MA), estiveram com Paulo Paim.

A floresta está sumindo

Da área original de **1,2 milhão** de quilômetros quadrados em **17** estados brasileiros, restam hoje menos de **8%** da Mata Atlântica.

O projeto do ex-deputado Fábio Feldman tem como principais objetivos:

– definir áreas de abrangência e de regeneração e as formas de aproveitamento sustentável dos recursos naturais

– disciplinar o uso e a preservação de um dos mais ricos biomas do país



A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Romeu Tuma, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko